

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.552.509 - SC (2019/0228825-6)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : MAYCKON DO NASCIMENTO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MAYCKON DO NASCIMENTO contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que não admitiu o recurso especial.

Consta dos autos que o agravante foi condenado às penas de 1 ano e 4 meses de reclusão, em regime inicial aberto, e de 48 dias-multa, pela prática do crime tipificado no art. 180, *caput*, do Código Penal.

Inconformada, a defesa apelou perante a Corte local, a qual negou provimento à irresignação.

O recurso especial interposto, com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional, não foi admitido na origem, ensejando a presente insurgência, na qual o recorrente sustenta que o óbice indicado na decisão objurgada não incidiria na espécie.

Requer o acolhimento do agravo para que seja admitido e provido o recurso especial.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento da insurgência.

É o relatório.

Devidamente impugnada a decisão combatida, merece exame o inconformismo.

Nas razões do recurso especial, a defesa alega negativa de vigência ao art. 99 do Código de Processo Civil, pretendendo, em síntese, a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita ao agravante.

Acerca do tema trazido à discussão, o Tribunal *a quo* consignou, *in verbis*:

"Por fim, o apelante pleiteia a isenção das custas processuais, nos termos da Lei n. 1.060/50.

Tem-se que o recurso não merece ser conhecido no item, haja vista que a condição de hipossuficiente do apenado deve ser verificada pelo Juízo singular quando da apuração das custas finais (TJSC, ACr n. 0013991-47.2014.8.24.0054, rel. Des. Alexandre d'Ivanenko, j. 22-03-2018; ACr n. 0000259-81.2013.8.24.0038, rel. Des. Júlio César M. Ferreira de Melo, j. 22-03-2018)" (e-STJ fl. 235).

Do trecho acima transcrito, verifica-se que o acórdão recorrido assentou que o pedido de isenção de custas é matéria afeta ao Juízo de primeiro grau.

Ao assim decidir, o colegiado estadual alinhou-se ao entendimento de ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção deste Sodalício, segundo o qual

Superior Tribunal de Justiça

eventual impossibilidade de adimplemento das custas processuais deve ser requerida no Juízo da execução criminal.

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. ACESSO AOS DADOS ARMAZENADOS EM TELEFONE CELULAR (MENSAGENS DO APLICATIVO WHATSAPP) DURANTE A PRISÃO EM FLAGRANTE. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. NULIDADE DA PROVA. DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. AUSÊNCIA. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. ABSOLVIÇÃO. COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL. CAUSA EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE NÃO COMPROVADA. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS AFASTADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. INTEGRANTE DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. DEDICAÇÃO À NARCOTRAFICÂNCIA. COMPROVADA. SÚMULA 7/STJ. APLICAÇÃO DA MINORANTE. IMPOSSIBILIDADE. JUSTIÇA GRATUITA. HIPOSSUFICIÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. CUSTAS PROCESSUAIS. ISENÇÃO. COMPETÊNCIA. JUÍZO DA EXECUÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

6. A ausência de comprovação da hipossuficiência do recorrente obsta a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita. Ademais, como é cediço, a jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que o momento de se aferir a situação do condenado para eventual suspensão da exigibilidade do pagamento das custas processuais é a fase de execução, por tal razão, nos termos do art. 804 do Código de Processo Penal, mesmo que beneficiário da justiça gratuita, o vencido deverá ser condenado nas custas processuais (AgRg no AREsp 206.581/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 19/10/2016)" (AgInt no REsp. 1.569.916/PE, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, julgado em 22/3/2018, DJe 3/4/2018).

7. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1803332/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 02/09/2019)

A corroborar:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO. INDENIZAÇÃO À VÍTIMA. PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. PENA PECUNIÁRIA. QUANTIDADE. MISERABILIDADE. CUSTAS PROCESSUAIS. ISENÇÃO INCABÍVEL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

5. Nos termos do art. 804 do Código de Processo Penal, mesmo que beneficiário da justiça gratuita, o vencido deverá ser condenado nas custas processuais.

6. O momento de verificação da miserabilidade do condenado, para fins de suspensão da exigibilidade do pagamento, é na fase de execução, visto que é possível que ocorra alteração na situação

Superior Tribunal de Justiça

financeira do apenado entre a data da condenação e a da execução do decreto condenatório.

7. Agravo regimental não provido, com a correção de erro material no decisum agravado, para constar que o agravo foi conhecido para dar parcial provimento ao recurso especial, a fim de afastar a condenação ao pagamento de indenização à vítima.

(AgRg no AREsp 1309078/PI, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 16/11/2018)

E ainda:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIAL GRATUITA. COMPETÊNCIA. JUÍZO DA EXECUÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO

1. De acordo com a jurisprudência desta Corte, o momento de se aferir a situação do condenado para eventual suspensão da exigibilidade do pagamento das custas processuais é a fase de execução e, por tal razão, "nos termos do art. 804 do Código de Processo Penal, mesmo que beneficiário da justiça gratuita, o vencido deverá ser condenado nas custas processuais" (AgRg no AREsp n. 394.701/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI, SEXTA TURMA, DJe 4/9/2014).

2. O patrocínio da causa pela Defensoria Pública não importa, automaticamente, na concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, sendo indispensável, para tal finalidade, o preenchimento dos requisitos previstos em lei.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1732121/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 28/06/2018)

Desse modo, estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência firmada nesta Corte, a pretensão do agravante esbarra no óbice previsto na Súmula n. 83 do Superior Tribunal de Justiça, aplicável ao recurso especial interposto com fundamento tanto na alínea *a* quanto na alínea *c* do permissivo constitucional.

Ante o exposto, **conhece-se do agravo e não se conhece do recurso especial**, nos termos do art. 34, VII, c/c o art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea *a*, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator